

Trabalhadores da Energisa aprovam proposta de reajuste salarial

PG - 02

Justiça reconhece direito ao pagamento de dano existencial em ação de sobreaviso

PG - 05

Sinergia garante reintegrações na capital e no interior do Estado

PG - 07

Sinergia-MS denuncia demissões e precarização dos serviços da Energisa



Justiça reconhece direito ao pagamento de dano existencial em ação de sobreaviso



A juíza Keethelen Fontes Maranhão, da Vara do Trabalho de Jardim, reconheceu o direito de um electricista ser indenizado por dano existencial devido às horas em que ficou à disposição da empresa, em regime de sobreaviso. A decisão é resultado de uma ação do Sinergia-MS.

A Assessoria Jurídica do sindicato, realizada pelo escritório Pereira e Cantero, entrou com um processo trabalhista contra a Energisa com o objetivo de garantir o pagamento de indenizações a um electricista por conta do regime de sobreaviso durante a semana (das 17h30 de um dia até às 7h30 do seguinte); intervalo interjornada (quando não se respeita o intervalo mínimo de 11 horas entre uma jornada e outra de trabalho, o que ocorre nos dias em que o trabalhador é chamado, emergencialmente, durante a noite ou madrugada e, mesmo assim, retoma a jornada de trabalho do dia em horário normal); e o chamado “dano existencial”.

De acordo com o advogado Alexandre Cantero, o dano existencial se refere ao direito de o sujeito existir, com dignidade e respeito, preservando a vida social. É o direito de se desconectar do trabalho.

“O electricista é o carro-chefe da empresa. É o cara que produz a manutenção da energia, é o que religa, é o que faz o corte, é o que está ali, na linha de frente. E ele é um sujeito que expõe a vida dele, corre risco. O mínimo que tem de ter é a proteção da vida social dele, enquanto ser humano. Na medida em que a empresa não dá o descanso, não permite que ele programe uma vida familiar, uma vida social, ou até mesmo o ócio para ele se refazer, ela está, sim, violando o direito de existir dele”.

ALÉM DO PAGAMENTO DAS HORAS DE SOBREAVISO, JUSTIÇA RECONHECE, PELA PRIMEIRA VEZ, DIREITO DE ELETRICISTA TAMBÉM SER INDENIZADO POR DANO EXISTENCIAL

Esta foi a primeira vez que o sindicato conseguiu o reconhecimento da justiça quanto ao dano existencial. “Essa sentença é importante no sentido de inibir a prática, porque a fixação do dano tem natureza pedagógica. Só quando a empresa tem uma condenação pecuniária é que ela começa a rever o com-

portamento”, avaliou Cantero.

Reconhecimento do pagamento de sobreaviso

O Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região manteve a sentença do juiz Aparecido Trevisan Ferreira, da Vara do Trabalho de Jardim, em favor de um electricista, que atua no interior do Estado. A ação impetrada pela Assessoria Jurídica do Sinergia-MS pediu o pagamento das horas de sobreaviso durante a semana e da indenização pelo descumprimento do intervalo interjornada.

A decisão, em primeira instância, foi favorável ao trabalhador e a Energisa recorreu. Em segunda instância, novamente os direitos do electricista foram reconhecidos e a empresa foi condenada ao pagamento dos valores devidos.

O electricitário atuava em regime de sobreaviso não apenas nos plantões de final de semana para os quais era escalado, mas também durante a semana (de segunda à sexta). No entanto, a concessionária de energia remunerava apenas o sobreaviso de sábado e domingo, ignorando o período em que o electricitário ficava à disposição da empresa, durante a semana, após o horário comercial, com a possibilidade de ser chamado a qualquer momento.

Na decisão, os desembargadores consideraram que “embora não fosse o trabalhador obrigado a permanecer na residência, durante esse período [de sobreaviso], havia limitação do direito de locomoção, à medida que não poderia se deslocar para espaço sem sinal de cobertura do celular nem ingerir bebida alcoólica, além de ser obrigado a manter o celular ligado”.

Trabalhadores da MSGás pedem garantia de estabilidade em Acordo Coletivo



O Sinergia-MS encaminhou proposta de Acordo Coletivo dos trabalhadores da MSGás e aguarda resposta da empresa

são que representa os servidores da MSGás, na discussão de privatização.

Enquanto não há um posicionamento,

o sindicato e a empresa fizeram um acordo para que os direitos previstos no acordo coletivo anterior sejam estendidos até o final de fevereiro.

“Essa cláusula de estabilidade garante que não haja demissão sem justa causa até 2028, data em que termina o contrato de concessão entre o governo do Estado e a MSGás. É uma tentativa de garantir os empregos, caso a empresa seja privatizada”, explicou Tiago Andreotti e Silva, que é membro da comis-

TRABALHADORES DA COMPANHIA DE GÁS NATURAL QUEREM INCLUIR NO ACORDO COLETIVO CLÁUSULA DE ESTABILIDADE, PARA QUE NÃO HAJA DEMISSÕES, EM CASO DE PRIVATIZAÇÃO

Os funcionários estão bastante preocupados com a privatização da MSGás e estão programando uma agenda de mobilizações para sensibilizar o governo estadual, a classe política e a população sul-mato-grossense. A privatização depende de autorização da Assembleia Legislativa, por isso estão previstas ações na Casa de Leis.

Terceirizadas também fecham ACT 2017/2018



Na Compel, a categoria conseguiu 3% de reajuste no salário e demais cláusulas econômicas, além do seguro de vida. Outros pontos do acordo aprovados foram: vale alimentação de R\$ 20,00 por dia; R\$ 120,00 pela dupla função (para carros de pequeno porte); e um chester para as comemorações natalinas. A empresa ainda se comprometeu em apresentar uma nova metodologia para o pagamento da PLR.



No caso da Engelmig, os trabalhadores aprovaram o reajuste de 1,83% no salário e demais cláusulas econômicas, retroativo aos meses de novembro e dezembro/2017. O vale alimentação ficou no valor de R\$ 20,00, a partir de 1º de janeiro, e o vale extra de Natal, R\$ 100,00.

TRABALHADORES DA COMPEL E DA ENGELMIG TAMBÉM APROVARAM OS ÍNDICES DE REAJUSTE SALARIAL E OS DEMAIS ITENS DO ACT 2017/2018

Trabalhadores da Energisa aprovam proposta do Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2018



Em assembleia no dia 21 de dezembro de 2017, os funcionários da Energisa-MS aprovaram, por maioria, os itens do Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2018. Na proposta, os eletricitários conseguiram reajuste de 1,83% no salário e demais cláusulas econômicas. Quanto ao vale alimentação e vale refeição, o aumento foi o índice da inflação (1,83%) mais 1,17% de ganho real, totalizando 3%, além de diminuir o desconto do vale alimentação de 15% para 10%.

Segundo a presidente do Sinergia-MS, Elizete de Almeida, na mesa de negociação a empresa foi irreduzível quanto ao ganho real no salário, mas houve avanços nos índices dos vales (alimentação, refeição e peru). No Vale Peru, o sindicato conseguiu um aumento de 20%.

“Também conseguimos um dos pontos mais importantes desta campanha salarial, que foi a manutenção de todos os direitos já garantidos no ACT. Além disso, incluímos a questão da hora extra no acordo, preservando mais um direito dos trabalhadores”, ressaltou Elizete.

A presidente do sindicato informou que o aumento foi retroativo a novem-

bro. “Esse acordo não era o esperado pela categoria, mas diante do cenário do nosso País e também das demais categorias, nós conseguimos avançar, principalmente, por garantirmos que nenhum direito fosse retirado. Mas deixamos claro que, no próximo ano, não aceitaremos ser a última empresa da holding a negociar, porque assim, eles querem impor os índices dos outros estados. Nós somos importantes para a empresa, e queremos o nosso acordo negociado primeiro”, comentou.

MESMO DESCONTENTES, FUNCIONÁRIOS DA CONCESSIONÁRIA, EM MS, APROVARAM O REAJUSTE DE 1,83% NOS SALÁRIOS, DE 3% NOS VALES ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO E 20% NO VALE PERU

Negociação

A negociação com a Energisa se arrastou por dois meses, já que o sindicato apresentou a pauta de reivindicações da categoria, em outubro. Foram realizadas diversas rodadas de negociação e, em duas assembleias, nos dias 4 e 19 de dezembro, os trabalhadores repro-

varam a proposta da empresa.

O diretor do sindicato, Elvio Vargas, ressaltou que a união da categoria e a decisão de rejeitar as primeiras propostas, pela maioria, foram importantes para que o sindicato avançasse na negociação, mesmo em um momento de dificuldade para negociar, por conta da Reforma Trabalhista. “A rejeição fortaleceu a categoria e o sindicato, permitindo um avanço. A recusa foi muito importante, tanto que, na mesa, a empresa sentiu a nossa força. Nós conseguimos importantes progressos, que foram a manutenção de todos os direitos e ganho real nos tickets”, concluiu Elvio.

Novo modelo de PLR

No início do mês de outubro, os trabalhadores da concessionária também aprovaram o novo modelo da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), a ser paga em 2018. “A PRL continua atrelada aos indicadores propostos pela empresa, o BSC, mas a diferença é que, até o ano passado, se a gente não cumprisse 85% dos indicadores, não receberíamos nada. Este ano, nós conseguimos baixar esse gatilho para 25%”, afirmou a presidente do sindicato.

Sinergia garante reintegrações na Capital e no interior do Estado



Em 2017, a Assessoria Jurídica do Sinergia-MS garantiu a reintegração de pelo menos oito funcionários da Energisa nas cidades de Ponta Porã, Coxim, Aquidauana, Dourados e Campo Grande. Em todos os casos, o sindicato conseguiu comprovar que as demissões foram injustas, arbitrárias e feriram gravemente os direitos dos trabalhadores.

A reintegração mais recente aconteceu em dezembro. O eletricitário Nereu Corrêa havia sido demitido em outubro, em Dourados. Diagnosticado com doença ocupacional grave (provocada pela sobrecarga de serviço), estava em tratamento médico e com recomendação para afastamento. A Justiça restabeleceu o emprego e o plano de saúde do trabalhador.

Doença ocupacional

Outro caso foi a demissão de um eletricitista que estava em tratamento psiquiátrico. Durante a manutenção na rede de energia, o trabalhador presenciou a morte de um colega. A situação provocou um transtorno de estresse pós-traumático, que gerou

uma doença psíquica e o levou a uma incapacidade de trabalho. A Justiça deferiu o pedido de reintegração.

Em Ponta Porã, foi reintegrada a Energisa Lucinete Blanco Miranda, que é deficiente visual e adquiriu uma doença ocupacional. Foi demitida durante tratamento médico, e, graças ao sindicato, a empresa foi obrigada a reintegrá-la, garantindo o acesso ao plano de saúde.

NO ANO DE 2017, A ASSESSORIA JURÍDICA DO SINERGIA GARANTIU A REINTEGRAÇÃO DE PELO MENOS OITO TRABALHADORES DA ENERGISA, QUE FORAM DEMITIDOS ARBITRARIAMENTE

Aposentadorias

Outra reintegração foi a de um eletricitista que foi demitido, enfermo, e às vésperas de completar 25 anos de atuação na área de risco, tempo necessário para a Aposentadoria Especial. Ele trabalhava em área de risco havia 24 anos e sete meses.

A Assessoria Jurídica também atuou em defesa de uma eletricitária, que foi demitida um ano antes de se aposentar pela Fundação Enersul. Nesses casos, a Energisa é obrigada a recolher a contribuição do empregado e da empresa até que o mesmo alcance o tempo necessário para a aposentadoria. A Justiça do Trabalho concedeu uma liminar para manter a eletricitária como segurada da Fundação, até que seja julgado o mérito.

Campo Grande

No mês de junho, outros três trabalhadores foram reintegrados à Energisa: Odilon Dias Alves exercia cargo de dirigente sindical do Sintae-MS, Roseli Alves Ribeiro e Luiz Augusto de Siqueira, eram membros da CIPA. No caso do tecnólogo Odilon, o Sinergia-MS atuou em solidariedade ao Sintae-MS e cedeu a assessoria jurídica para defesa do trabalhador. A estabilidade do dirigente sindical é garantida do momento do registro da candidatura até um ano após o mandato. Os funcionários Roseli e Luiz foram reintegrados à empresa, participaram da eleição da CIPA e foram reeleitos.

Sindicato participa de mobilizações contra reformas



Durante o ano de 2017, o Sinergia participou de audiências públicas, protestos e mobilizações contra as reformas trabalhista e previdenciária.

No mês de março, o Sinergia promoveu o “Sarau da Previdência”, para discutir a reforma e o impacto na aposentadoria especial dos eletricitários.

Já em 18 de abril, os eletricitários se uniram a outros trabalhadores e ocuparam o prédio do Ministério do Trabalho e Emprego. No dia 28 do mesmo mês, a categoria aderiu à Greve Geral, contra as reformas e a terceirização irrestrita do governo de Michel Temer. Foi considerada a maior greve geral da histó-

ria no País.

Em mais uma luta contra a retirada de direitos trabalhistas e por Diretas Já, no dia 25 de maio, os eletricitários participaram do ato “Ocupa Brasília”,

AO LADO DE OUTRAS ENTIDADES, OS DIRETORES DO SINDICATO E ELETRICITÁRIOS PARTICIPARAM, EM 2017, DE PROTESTOS CONTRA AS REFORMAS TRABALHISTA E DA PREVIDÊNCIA

que reuniu mais de 200 mil trabalhadores nas proximidades do Congresso Nacional, onde foram atingidos por

bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e balas de borracha.

Em 28 de junho, o diretor Elvio Vargas ocupou a tribuna da Assembleia Legislativa para falar dos impactos das reformas e convocou todos para a Greve Geral do dia 30 de junho, que também teve a participação dos eletricitários.

Mesmo após a aprovação da Reforma Trabalhista, os sindicalistas continuaram lutando pela garantia dos direitos dos trabalhadores. No dia 20 de outubro, os diretores participaram do 1º Seminário “Os Impactos da Reforma Trabalhista nas Relações do Trabalho”, realizado pelo Comitê Estadual contra as Reformas.



Morte de eletricista demonstra descaso da Energisa



aos operadores e eletricistas.

O eletricista trabalha há nove anos na empresa e informa que, depois que a Energisa assumiu a antiga Enersul, fez o curso de NR 10 apenas uma vez e via online, e o último treinamento para atuar em subestação foi feito há seis anos.

siderando os riscos aos quais os eletricistas estão expostos, para o sindicato, os treinamentos deveriam ser revistos e aplicados de forma presencial e com acompanhamento de profissionais legalmente habilitados. O sindicato está produzindo um relatório sobre o caso, para fazer uma nova denúncia ao Ministério Público do Trabalho.

Em 2017, o setor elétrico de MS perdeu mais um trabalhador. O eletricista Jean Roberto Pereira Weiss Ramos, de 29 anos, morreu no dia 23 de outubro, durante a manutenção de uma rede de eletrificação rural, em Amambai. Amigo e colega de trabalho que presenciou tudo, Lílio Gabriel Lopes, de 36 anos, conta que o acidente ocorreu devido à falha de um religador, que estava com defeito havia mais de 60 dias e, mesmo assim, continuava em operação. Mas ele também alerta sobre a falta de treinamento adequado

O SINDICATO ESTÁ PRODUCINDO UM RELATÓRIO PARA DENUNCIAR AO MPT A MORTE DE MAIS UM ELETRICISTA DA ENERGISA.

O Sinergia tem feito várias denúncias à Energisa e já acionou, inclusive, o Ministério Público do Trabalho. Con-

Para o sindicato, a tragédia reforçou a preocupação com mudanças estruturais, como a redução do número de chaves do religador e equipamentos em más condições de uso, que deixam o eletricista cada vez mais vulnerável. O trabalho sob pressão também aumenta o risco de morte. A produtividade é monitorada constantemente por meio das metas de corte, de NR, de ligação nova, de poda de árvores, de tudo que envolve a parte elétrica.

Sinergia-MS denuncia demissões e precarização dos serviços da Energisa



No começo do ano de 2017, os diretores do Sinergia-MS promoveram dois protestos em frente ao Centro Operacional da Energisa, em Campo Grande. Os atos foram contra as demissões e a forma desrespeitosa com que a concessionária trata os seus trabalhadores. Caixão, cortejo e um enterro simbólico da “empresa” marcaram um dos protestos.

Também houve o lançamento do “Demissômetro”, um instrumento de denúncia criado pelo sindi-

cato para mostrar, através de números, a quantidade de funcionários que estão sendo demitidos pela concessionária. O Grupo Energisa, que adquiriu

NO COMEÇO DO ANO PASSADO, O SINERGIA PROMOVEU DIVERSOS ATOS PARA DENUNCIAR AS DEMISSÕES EM MASSA DA ENERGISA/MS. AS DENÚNCIAS CHEGARAM ATÉ A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

a Enersul em 2014, em menos de três anos, já tinha demitido, até fevereiro de 2017, 456 trabalhadores, provocando uma altíssima rotatividade. Além disso, os trabalhadores que continuam na empresa convivem com um péssimo clima organizacional.

As denúncias feitas pelo Sinergia-MS chegaram até a Assembleia Legislativa. O deputado estadual Felipe Orro usou a tribuna da Casa de Leis, para denunciar a precarização dos serviços prestados pela Energisa, em MS.

Protestos contra privatização da MSGás e da Eletrosul



Trabalhadores da MSGás e da Eletrosul, subsidiária da Eletrobras, paralisaram as atividades e participaram de diversos atos, nos meses de agosto, outubro e novembro de 2017, contra o pacote de privatizações.

A MSGás é uma empresa lucrativa e estratégica e, para o sindicato, a privatização pode encarecer e atrapalhar o desenvolvimento do Estado, além de precarizar as condições de trabalho com redução de salários, demissão de funcionários e contratação de mão de obra mais barata. A MSGás apresentou, nos últimos dois anos, um aumento no lucro líquido de 154%. Os riscos são os mesmos com relação

a Eletrosul, responsável pelo controle de grandes hidrelétricas no Brasil, como a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Durante o movimento, em outubro,

TRABALHADORES DA ELETROSUL E DA MSGÁS PARTICIPARAM DE DIVERSOS ATOS DE PROTESTO, EM 2017, E TAMBÉM CRUZARAM OS BRAÇOS CONTRA A POSSÍVEL PRIVATIZAÇÃO DAS EMPRESAS

os manifestantes seguiram para a Assembleia Legislativa. Elvio Vargas fez um pronunciamento na tribuna desta-

cando a importância dessas empresas continuarem públicas. Os deputados Paulo Siufi (PMDB), Amarildo Cruz (PT), Pedro Kemp (PT), Grazielle Machado (PR), João Grandão (PT) e Antonieta Amorim (PMDB) se posicionaram contra as privatizações e manifestaram apoio aos trabalhadores.

Os servidores da MSGás já tinham promovido um ato no dia 11 de agosto, quando houve a abertura das propostas da licitação do BNDES para contratação de serviços relativos à implementação da desestatização da companhia. O estudo é o primeiro passo para que a estatal seja entregue à iniciativa privada.

